

REFORMA DO ESTADO, REESTRUTURAÇÕES TERRITORIAIS, DESENVOLVIMENTO E NOVAS TERRITORIALIDADES

Aldomar A. Rückert¹

RESUMO:

O artigo aborda as transformações do Estado Desenvolvimentista, o longo processo de reforma do Estado e de reestruturações territoriais contemporâneas; os conceitos de território, poder e usos dos territórios; as diferentes vias de reforma do Estado associadas à políticas de desenvolvimento local/regional. Ao final o artigo aborda os conceitos de territorialidade e desenvolvimento territorial trazendo alguns exemplos de pesquisas em curso.

PALAVRAS-CHAVE:

Reforma do Estado; reestruturações territoriais; desenvolvimento territorial; territorialidades

ABSTRACT:

This article deals with transformations of Development State, the long State reform process and contemporary territorial restructurations; concepts of territory, power and uses of territory; different ways of State reform associated to local / regional development policies. At the end the article deals with concepts of territoriality and territorial development presenting some examples being examined.

KEY WORDS:

State reform; territorial restructurations; territorial development; territorialities

Introdução

Neste artigo aborda-se, a partir das relações clássicas entre o Estado e o território, algumas das transformações por que passa esta relação bem como tendências contemporâneas de análise das mesmas. As macro-políticas de desenvolvimento nacional fundadas sobre o nacional desenvolvimentismo entram em crise no cenário globalizante. Tentar avaliar quais são algumas das tendências contemporâneas acerca das mudanças por que passa o Estado através de mudanças dos usos políticos e econômicos do território – sua reestruturação – está no centro do artigo.

Os conceitos de território, de poder e de usos do território é o passo seguinte na exposição à medida em que se torna necessário expor as relações que se quer estabelecer no momento posterior, quais sejam aquelas que podemos estabelecer entre a redemocratização recente do país, a descentralização e os novos papéis da sociedade civil na gestão de problemas de interesse público e políticas de caráter local/regional de desenvolvimento. Ensaia-se possíveis novas relações entre este cenário, políticas de desenvolvimento local / regional e algumas possibilidades de visualizar-se a emergência de territorialidades relacionadas à gestão deste tipo de políticas.

Para a exposição, apresenta-se em forma seqüencial - a) o processo de reforma do Estado no Brasil associado às reestruturações territoriais; b) os conceitos de território, poder e usos do território abordando-se diferentes vias de reforma do Estado e políticas de desenvolvimento associadas à descentralização político-administrativa, à sociedade civil e a políticas de desenvolvimento endógeno na escala local/regional; e por fim, c) uma aproximação à territorialidade e ao desenvolvimento territorial apontando-se exemplos que se encontram em processo de pesquisa.

¹Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.
Professor Doutor no Departamento de Geografia e nos programas de pós-graduação em Geografia / Análise Territorial e em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. E-mail:

I - O processo de reforma do Estado no Brasil associado às reestruturações territoriais

No Brasil, o Estado antecede, historicamente, a própria nação. A relação clássica entre Estado e território aponta para a implantação das formas estruturantes deste último pelo papel dirigente do poder unidimensional do Estado. No pós-1930, o Estado Desenvolvimentista consolida as principais infra-estruturas estratégicas nacionais e, com isso, assume o papel de principal artífice da construção da nação. O Estado Desenvolvimentista brasileiro, de corte cepalino, implementa, a partir de 1940, um núcleo de consenso desenvolvimentista análogo ao keynesianismo europeu. De corte explicitamente geopolítico no pós-1964, o Estado autoritário brasileiro enfrenta, a partir dos anos de 1980, o esvaziamento de suas propostas e viabilidades com a crise do Estado Desenvolvimentista.

A crise do petróleo a partir de 1973 e a emergência do sistema financeiro internacional globalizado provocam, na maioria dos países latino americanos que adotam modelos semelhantes de desenvolvimento, modificações nos campos da economia, das idéias e das instituições. O Brasil, um dos maiores exemplos do projeto desenvolvimentista de corte cepalino chega aos anos de 1990 sem haver mudado tal projeto, o qual vinha mantendo o país ainda dentro dos moldes do processo substitutivo de importações.

O processo de globalização já em curso nos anos de 1980, as transformações do sistema capitalista como um todo, a falência do planejamento centralizado e o fim dos padrões tecnológicos dominantes desde o pós-guerra, associados ao ideário político-econômico liberal, passam a fornecer as grandes linhas em que passam a se inspirar as ações que visam às reestruturações econômicas e territoriais. A década de 1990 e a crise dos Estados Desenvolvimentistas periféricos representam, portanto, rupturas de paradigmas socioeconômicos e políticos com significados e alcances tão ou mais profundos do que a própria constituição dos Estados Nacionais sul-

americanos, no século XIX.

A crise do nacional-desenvolvimentismo e do planejamento centralizado; as redefinições da geopolítica clássica que perde seus sentidos originais; a tendência às economias flexíveis e à *flexibilização dos lugares*, pela alta mobilização do capital e a inserção subordinada dos territórios nacionais periféricos no processo de globalização financeira e de mercados, e a emergência dos processos políticos descentralizantes na face do processo de redemocratização conduzem os Estados do Sul, como um todo e, especialmente os latino-americanos como o Brasil, a reatualizar em suas políticas externas e internas e a requalificar em suas opções e necessidades de ordenação territorial e de desenvolvimento.

Estes processos acima mencionados localizam-se em cenários globais progressivamente mais complexos os quais imprimem severas incertezas a estes países. Nesses cenários, reconhece-se a necessidade de se analisar as diferenciações territoriais emergentes - *os novos significados que adquirem os usos políticos do território e as novas formas e conteúdos territoriais* - em momento histórico tão pleno de rupturas de paradigmas e de mudanças de padrões políticos de desenvolvimento.

A flexibilização do Estado relaciona-se a múltiplas formas territoriais emergentes cujas diversas determinações podem revelar a riqueza da análise das totalidades. Nesse sentido, o referencial analítico principal assenta-se sobretudo na hipótese de Lefebvre (*Espacio y Política*, 1976 p. 25-31): a de que o espaço desempenha uma função na estruturação de uma totalidade, como um instrumento político à medida em que é apropriado, transformado em território. A representação do território está, assim, sempre a serviço de uma estratégia projetada. O Estado Nacional, a sociedade nacional e a estrutura territorial compõem a totalidade, com múltiplos centros federados de poder, múltiplos núcleos de atores públicos e privados e uma estrutura territorial que se torna, progressivamente, mais densa - como no centro-sul do Brasil - à medida que reflete a

multiplicidade de poderes específicos e seus projetos de desenvolvimento sobre territórios determinados.

O processo de reforma do Estado apresenta tendências de *longa duração*. Tais tendências devem-se ao fato de que hoje os cenários político-econômico-sociais nacionais são muito mais densos e complexos do que quando da implantação do Estado Desenvolvimentista, quando nos anos 30-40 do século XX o Brasil era basicamente rural-oligárquico e recém iniciava uma experiência que alcançaria 60 anos de mercado solidamente protegido. Nos cenários da globalização determinados projetos que têm se tornado hegemônicos por determinados períodos, até o momento, poderão ser substituídos rapidamente, considerando-se os cenários das incertezas globais, os déficits da balança comercial e o persistente *desemprego estrutural*.

Os anos de 1990 e o início do século XXI são tempos de globalização financeira e de industrializações crescentemente flexíveis, de sistemas territorializados de produção, de capitais sem compromissos com os lugares; de investimentos e desinvestimentos em mercados financeiros voláteis; de ameaças constantes aos Estados nacionais pela intempéries financeiras; pelas desregulamentações unilaterais de mercado dos países do Sul e pelos novos protecionismos dos mercados dos países do Norte. Além disso, após o mais longo período da história do Brasil Republicano, o Brasil ainda está emergindo do totalitarismo que assolou gerações e inteligências. A redemocratização prenuncia, efetivamente, que os atores civis das comunidades locais e regionais saberão, crescentemente, desenvolver experiências associativas comunitárias nas quais o poder de Estado será respeitado enquanto ordenador jurídico político, mas não como interventor dos destinos da vida cotidiana das populações.

A valorização do local não será somente mais uma novidade dos órgãos de financiamento internacional, considerando-se que há no Brasil experiências legitimadas de associativismo e construção de identidade cultural e política a partir de movimentos sociais que remontam aos

anos 50. Mais do que questão da agenda acadêmica, as experiências comunitárias são experiências de ricos universos políticos e culturais que tenderão a se consolidar enquanto escalas efetivas de poder local, porquanto poder genuíno das populações que constróem seus destinos pela via da publicização do privado, no sentido da publicização da sociedade civil.

Os lugares que contêm tecnologia e riqueza tenderão a aprofundar sua hegemonia em experiências de desenvolvimento em que o poder local não será, necessariamente mais sinônimo de governo local, mas sinônimo de organizações corporativas com capacidades de planejamento e de investimento em projetos estratégicos em associação com governos locais, que podem ser facilmente capturados pelo poderes locais e regionais privados, o que aponta para uma clássica privatização do público. Por outro lado, os empreendedorismos de caráter associativo tenderão a implementar, com apoio de políticas públicas, possíveis novos núcleos de geração de projetos de geração de emprego e renda. De uma forma ou de outra, tratar-se-ão de novas faces do tecido social e político, *novos campos de força* sobre o qual o Estado não terá, necessariamente o poder de ingerência ou de investidor principal, senão o de coordenador das macro-estratégias que busquem, por exemplo, inserir regiões desiguais em processos de desconcentração da riqueza e nos novos vetores informacionais e de reestruturação do território.

Este processo funda-se sobre as novas funções dos territórios, consubstanciados à reestruturação da totalidade e de suas novas especificidades, de formas combinadas entre pares opostos. Estes pares, os projetos nacionais de um lado - que se incorporam à escala supranacional - e os projetos de caráter local podem, ao mesmo tempo representar fragmentações políticas nos casos de determinadas regiões onde os principais projetos de desenvolvimento são geridos pelo poder hegemônico do empresariado, mas que podem, contraditoriamente, compor e enriquecer

a totalidade. Macro e micropolíticas não são excludentes, ao contrário, fundem-se na construção das ricas determinações da totalidade; macro e micro projetos são específicos de cada escala de poder sobre recortes específicos do território.

O amálgama das diferenças constrói a riqueza das potencialidades e revela, ao mesmo tempo, as discrepâncias e as iniquidades sociais da nação subdesenvolvida que ainda ensaia a redemocratização, propostas de reformas do Estado e que se vê inserida num processo globalizante sem precedentes que faz acirrar as múltiplas determinações sobre as diversas escalas de poder que agem sobre e nos lugares. Fundamentalmente, as escalas geográficas de poder nos ensinam que a totalidade não se reduz a nenhuma das partes e que nenhuma das partes pode representar a totalidade, o que significa afirmar que os territórios são mais densos e mais complexos do ângulo dos múltiplos poderes que nele e sobre ele atuam.

2 - Os conceitos de território, poder e usos do território

O conceito de território tem retornado às ciências sociais de forma a tornar-se presente em importantes políticas públicas nas diferentes escalas de poder. A recuperação do conceito, por um lado, resgata os fortes traços da dimensão política do espaço; por outro, traz confusões conceituais tanto no seu debate como na sua empregabilidade. Nos termos de Milton Santos "Uma geografia sem território é uma contradição que ajuda a explicar a ausência cada vez maior (sic) dessa categoria de análise e debate aprofundado da nação. Isso constitui para o país um retrocesso, e para a disciplina geográfica pode equivaler a uma espécie de suicídio. Se os geógrafos se ausentam do debate sobre o território, há um empobrecimento paralelo das ciências políticas, da sociologia e da interpretação histórica, e, no plano prático, um empobrecimento também da própria vida política da nação. Felizmente, uma forte reação

se esboça nos meios acadêmicos, mas igualmente nos meios políticos, e desse modo podemos esperar que o território, essa realidade esquecida, seja retomado, evitando o enfraquecimento de uma das ópticas sem a qual a visão de mundo, dos países, dos lugares, é incompleta e até mesmo irreal" (Santos, 2004, p. 34; 116-117).

Uma compreensão que tem sido difundida no Brasil é a dimensão do *uso do território* por Bertha Becker em caráter pioneiro no início dos anos oitenta. Mais tarde, a partir de meados dos noventa, Milton Santos adere à utilização do conceito empregando a denominação *território usado*, o que converte para o emprego comum dos usos políticos e econômicos que se faz do território e - pode-se adicionar - do processo de construção das diferentes territorialidades. Assim, Milton Santos vai definir território:

"Por território entende-se geralmente a *extensão apropriada e usada*. (...) *O uso do território pode ser definido pela implantação de infra-estruturas*, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação *sistemas de engenharia*, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico" (Santos; Silveira, 2003, p. 19;21;247. Grifos nossos).

A importância da análise dos usos do território circunstancia-se tanto às concepções clássicas da geografia política - o poder unidimensional do Estado - quanto aos enfoques contemporâneos sobre a multidimensionalidade do poder, os múltiplos territórios e as múltiplas territorialidades. A concepção de território nos vem da tradição da própria sistematização da ciência geográfica e do processo de construção da unificação do Estado alemão no século XIX. Ao associar-se o Estado-nação ao território - como *boden* (solo)

na concepção ratzeliana - o Estado territorial moderno e seu poder unidimensional estão no centro da concepção clássica da geografia política. Neste sentido, digamos, mais clássico, Moraes entende o território como

“um espaço de exercício de um poder, o qual no mundo moderno se apresenta como um poder basicamente centralizado no Estado. Trata-se, portanto, da área de manifestação de uma soberania estatal, delimitada pela jurisdição de uma dada legislação e de uma autoridade. O território é, assim, qualificado pelo domínio político de uma porção da superfície terrestre” (Moraes, 2003, p. 1).

Na ótica da geografia política clássica o grande agente da produção do espaço é o Estado, por meio de suas políticas territoriais. Ele vinha sendo considerado o dotador dos grandes equipamentos e das infraestruturas, o construtor dos grandes sistemas de engenharia, o guardião do patrimônio natural e o gestor dos fundos territoriais (Moraes, p. 1). No entanto, a concepção clássica da unidimensionalidade do poder merece, atualmente, algumas observações. A crise do Estado-nação de um modo geral, a crise do Estado Desenvolvimentista latino e, especialmente, sul americano em particular tem levado analistas a aproximarem-se de um objeto mais amplo e mais *flexível* em geografia política, qual seja o da *multidimensionalidade do poder e da gestão do território*.

A multidimensionalidade do poder (Becker, 1983; 1988; Raffestin, 1993) é conceituada no sentido de que diferentes atores produzem o espaço, (re)estruturam o território através da prática de poderes/políticas/ programas estratégicos, gestão territorial, enfim. A gestão de ações/programas que contêm um caráter (re)estruturante e/ou com capacidade de alavancagem de desenvolvimento endógeno imprime, assim, *novos usos do território*.

Interpretar o poder relacionado ao território significa relacioná-lo à capacidade dos atores de gerir, de implantar políticas econômicas e tecnológicas, com incidência estratégica no território por parte tanto do

Estado como dos múltiplos atores do/no poder, na divisão/participação/gestão de políticas pelos capitais privados e por segmentos da sociedade civil que representam as diferentes regiões do território. Nos termos de Becker:

“Face à *multidimensionalidade* do poder, o espaço reassume sua força e recupera-se a noção de território. Trata-se, pois, agora de uma geopolítica de relações multidimensionais de poder em diferentes níveis espaciais. (...) o território volta a ser importante, não mais apenas como espaço próprio do Estado-Nação, mas sim dos diferentes atores sociais, manifestação do poder de cada um sobre uma área precisa. *O território é um produto “produzido” pela prática social, e também um produto “consumido”, vivido e utilizado como meio, sustentando portanto a prática social*” (Becker, 1983, 7-8).

Giddens (1998), por sua vez, entende o poder como o uso de recursos, de qualquer natureza, para assegurar resultados. O poder torna-se um elemento da ação e diz respeito à categoria de intervenções de que um agente é capaz. O poder, em sentido mais amplo, é equivalente à capacidade transformadora da ação humana, à capacidade dos seres humanos de intervir em uma série de acontecimentos de modo a alterar o seu curso. Nesse sentido, o poder está ligado à noção de práxis, porque se relaciona com as condições historicamente constituídas e historicamente mutáveis da existência material.

Para Mattus (1996), o poder não teria expressão concreta, constante, enumerável, em termos abstratos. Poder é todo recurso, ou capacidade, que pode ser utilizado contra um adversário, ou para cooperar com um aliado em uma situação concreta. O poder não é algo específico; é qualquer aspecto da realidade que se torna específico por seu uso e resultados; é uma potencialidade que abre a possibilidade de acumular força.

As formulações de Giddens e Mattus aproximam-se do conceito de multidimensionalidade do poder e da prática espacial estratégica de vários atores, em várias escalas. Neste sentido o Estado não seria a

única unidade de poder, mas *uma das unidades, muito embora o principal* ². O poder deriva de múltiplas fontes por se tratar de uma relação social difusa, uma "teia presente na sociedade inteira e no espaço inteiro". A *multidimensionalidade* do poder implica na prática espacial estratégica de todos os atores sociais e em todos os níveis. No território, há processos em curso em todas as escalas, inclusive local e regional, com a atuação de diferentes atores, com poderes locais específicos (Becker, 1988, p. 102-105).

À flexibilização do Estado em relação ao território (Becker, 1991, p 47-56) corresponde, portanto, um processo de emergência de *novos usos políticos do território*. É seu uso, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise, conforme Milton Santos (1994). Nesse processo de transição - das transformações e da reforma do Estado - convivem, simultaneamente, ações do Estado nacional, que coordena a implantação de macroprogramas de desenvolvimento, com delegação de poderes e/ou convivência em parcerias com capitais privados e iniciativas da sociedade civil. Nesse contexto das particularidades brasileiras, a transição do Estado Desenvolvimentista geopolítico, de conteúdo territorialista, dá lugar, progressivamente, a um Estado progressivamente democrático e regulador. Os novos usos políticos do território para os quais aponta Becker têm em sua formulação elementos como as concepções de Lefebvre. Dentre os momentos da relação Estado - espaço, para Lefebvre, está:

"A produção do espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que se instalam: estradas, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas, etc. É, portanto um espaço material - natural - no qual se inscrevem os atos das gerações, das classes, dos poderes políticos como produtores de objetos e de realidades duráveis (não só as coisas, os produtos, os utensílios e as mercadorias) (Lefebvre, 1978, p.259; 261)."

Quando Lefebvre, segundo Raffestin (1982, p. 167-171), se refere à produção do espaço, pensa, na verdade, no território, o qual não é um objeto no sentido do espaço, mas um processo em perpétua evolução e transformação segundo as escalas temporais particulares. O território é produto dos atores sociais: "São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há portanto um 'processo' do território quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades" (Raffestin, 1993, p. 7-8).

A apropriação de um espaço, a territorialização como resultado da ação conduzida por um ator coletivo, resulta no fato de que o Estado, a empresa ou outras organizações organizam o território através da implantação de novos recortes e ligações (Raffestin, 1993, p. 143-144;152). O território torna-se manifestação de poder de cada um sobre uma área precisa (Becker, 1983, p. 8).

Emerge, assim, uma redefinição do território advinda de uma definição clássica, como a *estrutura territorial do Estado* - basicamente as redes, circuitos e fluxos a que se refere pioneiramente Camille Vallaux (1914) e, depois, Lefebvre (1978) - ou as vertebrações do território, interligando regiões centrais e pontos nodais do território a regiões e pontos periféricos e de fronteira, distantes dos centros de decisão política, para uma concepção mais abrangente, distinguindo-se o Poder do Estado dos diversos poderes presentes na sociedade (Cox, 1991, p. 5-7). O território, assim, emerge como uma arena de conflitos em áreas delimitadas. A idéia do político é um momento essencial de qualquer relação, não necessariamente limitada ao Estado.

A concepção de gestão territorial não se confunde com a produção do espaço; é a prática estratégica, científico-tecnológica do poder. A produção do espaço (Lefebvre, 1976, p. 119-120), noção teórica mais ampla, está mais próxima das diversas forças produtoras, das relações sociais de produção; do uso da natureza e da propriedade privada que moldam

o território. O Estado é uma dessas forças produtoras, enquanto ator político. O mesmo se pode dizer com relação às empresas privadas e, em alguma proporção, à sociedade civil.

Nesse sentido, porém associando a sociedade, o Estado e o território, Costa alerta que não podemos atribuir às políticas territoriais, a exclusividade como força motriz nas mudanças ao nível da formação e da estruturação do território nacional. Entretanto *alguns dos principais processos de construção do espaço nacional tiveram e ainda têm a sua inspiração e mesmo algum tipo de concretização a partir das iniciativas estatais para o setor* (Costa, 1988, p. 73).

O território continua sendo a base material e um dos fundamentos do Estado-Nação. Afirmar, como faz Santos (1994, p. 15), que o Estado territorial tomava o território como sua base estratégica, ao mesmo tempo em que o moldava, não significa afirmar que, contemporaneamente, o Estado deixe de continuar a fazê-lo. Se, por um lado, a noção de Estado territorial tornou-se antiquada, por outro, a noção contemporânea de transnacionalização do território não é uma realidade completa, no sentido de que os territórios nacionais se encontram globalizados e comandado por forças unicamente exógenas.

II.I- As diferentes vias de reforma do Estado e políticas de desenvolvimento

A flexibilização do Estado, na transição do Estado geopolítico e desenvolvimentista para um Estado mais democrático emerge com a revigoração das teses liberais. A questão que se coloca, a partir do início dos anos 90 no Brasil, é o sentido da flexibilização do Estado e qual a relação que se estabelece com o território.

Este sentido pode ser apreendido a partir de três grandes vias da reforma do Estado. As vias da descentralização político-administrativa e da inserção da sociedade civil na reforma do Estado, advindas das diferentes aspirações da sociedade brasileira à redemocratização, que faz com que estados e

municípios passem a ter maiores atribuições, e a da relação entre o Estado e o mercado a partir do governo Collor, com aprofundamento a partir de 1995 com o Governo Fernando Henrique Cardoso. As linhas não são coerentes entre si, podendo apresentar contradições. No entanto, estão presentes no cenário da gestão política do território.

Ao processo de reforma do Estado, pelas vias dessas grandes linhas, corresponde um processo de reestruturação territorial. A esta reconceitualização do território correspondem a abertura econômica e a reestruturação produtiva; a descentralização territorial de competências e funções e o ajuste das políticas internas, antes de características basicamente nacionais, às atuais condições da competição no mercado mundial (Restrepo, 1994, p.325-346). Este conjunto de interfaces leva a inscrever as sociedades nas hierarquias dos espaços de desenvolvimento (Levy, 1994, p. 221-232), a uma nova organização do território em diferentes escalas, os novos cenários multiescalares (Ciccolella, 1997, p.55-60; Dowbor, 1995, p 3-5).

II.I.I- A descentralização político-administrativa

As transformações político-institucionais recentes do Brasil, do final da década de 1980 em diante, inscrevem-se no quadro de reforma do Estado, consolidada inicialmente na Constituição de 1988, e no resultado do processo de disputa entre atores sociais que caracterizou o período Constituinte.

A nova Constituição, ao consagrar um novo pacto social, invertendo, na Lei, a clássica relação entre Estado e sociedade e o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, incluindo estados e municípios como entes federativos plenos, culminou com a descentralização fiscal e administrativa. A descentralização, no entanto, conforme a crítica oriunda principalmente dos meios municipalistas, por exemplo, não se concretizou na prática, tendo em vista ocorrer um repasse crescente de atribuições e não dos recursos correspondentes. Considerando-se

essas críticas, torna-se necessário compreender a descentralização como tentativas de redistribuição de poder, como o fazem Silva e Costa. Para os autores a descentralização significa:

“um processo de redistribuição de recursos, espaços de decisão, competências, atribuições e responsabilidades; enfim, poder político-econômico, em cada formação social específica. Trata-se [...] de examinar as tentativas que vêm ocorrendo em face da crise dos Estados-Nação centrais e dos Estados Desenvolvimentistas periféricos. Essa redistribuição pode ocorrer entre instâncias governamentais, entre poderes estatais e entre o Estado e a sociedade” (Silva e Costa, 1995. p 263).

A luta pelo fim do Estado autoritário e de seus mecanismos e arranjos de poder fortemente centralizadores fez com que a descentralização se tornasse, para muitos, sinônimo de democracia. Especialmente na área social, o perfil da intervenção estatal prevalecente no período autoritário induziu à crença de que a descentralização levaria, por si só, à maior equidade na distribuição de bens e serviços e à maior eficiência na operação do aparato estatal (Silva e Costa, 1995. p 264).

A relação da descentralização com a democracia estaria, para Affonso (1994, p.331), no mecanismo de redistribuição do poder político; na estratégia de deslocamento da alternativa de participação popular para o plano local e microeconômico, enquanto as decisões macropolíticas seriam centralizadas com lógica transnacional. Isto não impediu que o aumento da participação dos estados e municípios nas receitas problematizasse a gestão macroeconômica do governo federal nos moldes da tradicional centralização. A crise econômica e fiscal passa a acirrar as disputas entre as unidades federadas.

II.I.II- A sociedade civil

O conceito *sociedade civil* é geralmente empregado como um dos termos da grande

dicotomia sociedade civil/Estado. Nos termos de Bobbio (1986, p. 33-49) “pode-se dizer que a sociedade civil é o lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos, religiosos, que as instituições estatais têm o dever de resolver ou através da mediação, ou através da repressão”. As forças que modelam a sociedade civil são, em parte, econômicas, as quais distinguem as coletividades e contribuem para a tomada de consciência que esboçam classes; estas procuram exercer pressão sobre as organizações para proteger seus interesses. Jogos múltiplos de poder passam a ocorrer pela articulação da sociedade civil através do poder das organizações.

A participação ampla da sociedade civil nas políticas públicas é um outro componente da reforma política do Estado. “A dimensão social da gestão, excluída pela modernização conservadora, constitui hoje um desafio básico da sociedade civil na redefinição do papel do Estado” (Becker, 1991, p. 54).

A redefinição do espaço da cidadania num Estado democrático aponta para um dos desafios mais importantes da reforma do Estado, qual seja o de transferir ao sistema político parcelas do papel central atribuídos até então ao Estado desenvolvimentista e centralizador. O fortalecimento das instituições democráticas intermediárias, na escala mesorregional, traz, à luz de experiências latino-americanas, um novo papel e um novo conteúdo político às regiões, apontando, numa estreita relação entre democracia e território, para a constituição de espaços públicos-não estatais de caráter democrático participativo.

II.I.III- Políticas de desenvolvimento endógeno na escala local/regional

As políticas de desenvolvimento endógeno na escala local-regional ganham força no Brasil principalmente a partir das transformações político-institucionais recentes, do final da década de 1980, inscrevendo-se no quadro de reforma do Estado proposto pelas

constituições federal e estadual. A descentralização político-administrativa e seus mecanismos de redistribuição do poder político trouxe a possibilidade de estímulo às assim denominadas *vocações regionais e locais*. A interiorização do desenvolvimento passa a ser assumida pelos lugares e regiões distantes do poder central, através de novos atores locais e regionais que emergem neste cenário. Nos anos noventa, com a fragilização financeira do Estado e seu debilitamento político tem-se o retorno da questão regional com ênfase em novos discursos sobre a descentralização e a a regionalização (Cano, 1994).

Este retorno da questão regional à agenda política nacional passa a dar-se no âmbito, principalmente, do que Dulong e Frémont conceituam como o *vivido territorial* (Dulong, R. *apud* Raffestin, 1993, p. 182; Frémont, 1980). A aspiração a uma vida regional pelas comunidades implica na recuperação de uma *malha territorial* que possa permitir o exercício desse poder (Raffestin, 1993) o que corresponde, no Brasil (Becker, 1983) ao processo de substituição da região sub-nacional pela *região na escala local*. A partir de meados da década de 80 a questão de, se a *comunidade territorial local* conteria potencialidades para o poder, abre espaço para a multiplicidade de organizações interessadas no fortalecimento da comunidade local e na política de descentralização de decisão (Wilson, 1995).

Os espaços locais, tidos como novas unidades de análise, são entendidos numa *nova lógica de articulação dos espaços*, privilegiando-se o aproveitamento dos recursos endógenos para diversificar o crescimento, criar emprego e novas formas de gestão pelos agentes locais, em contraposição ao desenvolvimento centralizado autoritário que teve vigência recente em vários países, em diferentes regiões do mundo.

Uma proposição metodológica para investigar-se os diversos fatores do desenvolvimento endógeno nos vem do economista chileno Sérgio Boisier. Conforme Boisier, o *primeiro fator do desenvolvimento*

endógeno refere-se ao processo decisional dos atores presentes na malha social do território. Os atores individuais são indivíduos que ocupam espaços na estrutura de poder; os corporativos são as instituições que representam interesses setoriais, de grupo e os coletivos são os movimentos sociais, territoriais ou regionais. O *segundo fator do desenvolvimento endógeno* são as Instituições: os organismos de governo, as universidades e centros científicos, os serviços públicos, as empresas públicas, a imprensa, as associações de caráter associativo, os municípios e as ONGs. O *terceiro fator* é a cultura no sentido da capacidade para produzir uma autoreferência, isto é a capacidade para produzir a identificação da sociedade com seu próprio território. O *quarto fator* são os procedimentos utilizados pelas diferentes instituições da área. O *quinto fator* são os recursos materiais, humanos, conhecimentos e psicossociais com que conta o território. Finalmente, o *sexto fator* é o entorno - meio externo, onde há uma multiplicidade de organismos sobre os quais não se tem controle.

O geógrafo português João Ferrão (1996, p. 97-104) por sua vez, aponta que a aposta na inteligência coletiva abre uma nova frente analítica - a *região inteligente* - que permitirá aos especialistas em desenvolvimento regional e local contribuir, de forma original, para uma matéria socialmente reconhecida como relevante. "À imagem das organizações, também as regiões devem adotar a capacidade coletiva de produzir, acumular e consumir informação e conhecimento como preocupação estratégica se quiserem construir vantagens sustentadas num mundo em crescente globalização."

As organizações presentes no território, tanto públicas como privadas, podem ser indicadas sob uma determinada *densidade organizacional através das* articulações entre organizações e instituições. A densidade organizacional é conceituada como "a combinação de fatores, incluindo suas interações inter-institucionais e sinergia, uma representação coletiva por muitos corpos, um objetivo (...) comum e normas culturais e valores compartilhados" (Amin; Thrift *apud* Kirat;

Lung, 1999, p. 31).

A *densidade organizacional* corresponde, portanto, às articulações entre as instituições e as organizações: as secretarias de governo estadual e local, as universidades e centros científicos, os serviços públicos, as empresas públicas, as organizações de caráter associativo. A frequência de convênios entre as instituições e organizações indica o estágio de construção e/ou de consolidação de ações de implementação de vantagens competitivas locais

III- Territorialidade e desenvolvimento territorial: alguns exemplos

Neste terceiro e último tópico busca-se visualizar alguns pontos fundamentais expostos até aqui. Aborda-se, sumariamente, em exemplos de pesquisas em curso, a preocupação conceitual da empregabilidade dos conceitos território e territorialidade associados a processos de desenvolvimento.

De acordo com Sack, pode-se adotar, ainda que de forma provisória, o conceito de territorialidade como a tentativa por indivíduos ou grupos para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, pela delimitação e estabelecimento de controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada território. Diferentemente de muitos outros lugares comuns, territórios requerem constante esforço para estabelecer e manter. Eles são os resultados de estratégias para afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações (Sack, 1986, p. 19-20).

O que o conceito de Sack nos permite apreender, enquanto se tem como intenção associar reforma do Estado, reestruturações territoriais contemporâneas e a emergência de novas territorialidades? O processo de descentralização política tem dado espaço às escalas de poder local e à emergência de novas formas de poder regional, consubstanciadas em diferentes formas de organização da sociedade civil. Neste sentido, seria útil verificar em que sentido a contribuição de Sack pode ser adequada para entender estas novas

territorialidades. A simples participação da sociedade civil na gestão da República não produz, por si só, novos territórios. Para que isto ocorra é necessário que se visualize, ainda que de forma embrionária, por exemplo, as diferentes e múltiplas novas hegemonias ou contra-hegemonias que emergem em torno de fóruns regionais, universidades comunitárias regionais associadas ou não às diferentes escalas de poder de Estado.

Afirmar que um grupo busca afirmar controle sobre um área delimitada, um território portanto conforme Sack, não significa, da mesma forma, que haja novas territorialidades. É possível mesmo que a conceituação de Sack seja insuficiente tendo em vista que não parece contemplar, por exemplo, as relações de poder associadas às identidades ou a projetos de desenvolvimento que se quer afirmar como de caráter territorial. Entretanto, pode-se tomar do autor que a tentativa de controle pode estar associada às diversas propostas de desenvolvimento local-regional enquanto estas atingirem alguma forma-conteúdo territorializada que produza resultados socialmente mensuráveis. Neste sentido será quase que inevitável que associemos os poderes das hegemonias locais-regionais às suas dimensões territoriais, confirmando a acepção clássica de que *espaço é poder*.

Talvez, neste sentido, a contribuição de Raffestin seja mais útil. De acordo com a perspectiva do autor,

"a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais" (Raffestin, 1993, 158-159).

A visão do autor reafirma a multidimensionalidade não só do vivido territorial mas dos vários poderes presentes no tecido social e político do território. Quer seja no âmbito existencial, quer seja no econômico, a dimensão territorial do poder com "p" minúsculo está presente. O conceito de desenvolvimento territorial, por sua vez, conforme Boisier (1995) é uma expressão ampla que inclui o desenvolvimento de micro-localidades, tais como comunidades e de meso-localidades, tais como províncias ou regiões. O conceito refere-se agora a processos de mudança sócio-econômica, de caráter estrutural, delimitados geograficamente e inseridos num marco configurado por sistemas econômicos de mercado, ampla abertura externa e descentralização dos sistemas de decisão.

No sentido do conceito de territorialidade e desenvolvimento territorial talvez possamos compreender a contribuição de pesquisas em curso que adotam o conceito de território e territorialidade associados a processos descentralizados de gestão territorial bem como um exemplo da análise da empregabilidade do conceito de desenvolvimento territorial pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Rover (2004, p. 2-30) aborda a relação entre o desenvolvimento territorial local e a democracia, através da análise da formação e atuação de novas configurações institucionais³ que se constituem visando coordenar processos de desenvolvimento micro-regional através da integração de atores sociais, políticos e econômicos no oeste catarinense. Essas novas configurações institucionais são Fóruns, Conselhos e Consórcios que aglutinam atores de setores diversos com o papel de realizar a gestão social do desenvolvimento. Isto põe em questão, particularmente, a problemática da democracia na gestão do desenvolvimento local/regional, fazendo menção à existência de cinco novas configurações institucionais diferentes. Os Fóruns são: a) Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado e sua Agência de

Desenvolvimento chamada Instituto Saga, com referência no município de Chapecó; b) Fórum da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul, estimulado pelo Ministério da Integração Nacional; c) Programa Fortalecer, resultado da articulação institucional de organizações não governamentais e movimentos sociais populares em 15 municípios e universidades; d) Programas municipais de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (PMDLIS) organizados por orientação do Programa Comunidade Solidária do Governo Federal, gestão FHC; e) Conselhos de Desenvolvimento Regional criados a partir de 2003 com a posse do novo governo do estado de Santa Catarina.

Os Fóruns têm características diferentes entre si. Mas, de forma geral caracterizam-se por serem compostos de agências, institutos e centros de estudos de desenvolvimento territorial e regional; organizações da sociedade civil de interesse público; gestão regional do Consórcio de Segurança Alimentar – CONSAD; articulações com universidades comunitárias regionais e representação descentralizada micro-regional da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina.

Olivo (2004, p. 39-52) por sua vez, examina a construção de alternativas de desenvolvimento da Quarta Colônia⁴ na região de Santa Maria. Na década de 1980 quando esgota-se o modelo de desenvolvimento com base na "modernização da agricultura", no município de Silveira Martins é lançado o Projeto Identidade (PROI), como um projeto inovador de desenvolvimento loco-regional. Com o projeto, dá-se início ao desenvolvimento de trabalhos e ações sistemáticas de resgate e valorização dos recursos cultural, natural e histórico da região, articulando uma prática de ações em parceria.

Com a escolha da Quarta Colônia pelo Conselho Nacional do Consórcio Mata Atlântica para ser a Segunda Área Prioritária da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no RS em 1994, em 1995 foi criado o Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta

Colônia – PRODESUS. A ênfase do projeto volta-se para a estimulação do projetos agro-ecológicos; recuperação de áreas degradadas; criação de roteiros integrados de turismo rural, cultural e ecológico e programas de educação patrimonial e ambiental. O Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS) tem a finalidade de articular e fomentar projetos de intervenção em parcerias entre os municípios de forma intersetorial.

A autora entende que o referencial sobre novos significados e usos do território contém elementos conceituais peculiares para identificar essa nova dinâmica de desenvolvimento. "Nesse processo de construção de parcerias entre municípios da Quarta Colônia há um movimento de criação e recriação das fronteiras entre os oito municípios que a constitui, *configurando uma nova territorialidade.*"

Em terceiro e último lugar, é muito oportuna uma avaliação da empregabilidade do conceito de desenvolvimento territorial da Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário por Perondi (2004, p. 5-27). A política federal de territórios rurais sustentáveis vem sendo empregada no país em parceria com movimentos sociais e organizações não-governamentais a partir de 2003, em vários "territórios" previamente delimitados pelo poder executivo federal.

Perondi examina conseqüências do uso do adjetivo "territorial" na tentativa de uma melhor designação para o desenvolvimento rural. O autor entende que a noção de desenvolvimento territorial rural realizado pelas instituições multilaterais não reproduz o debate da Geografia sobre território, principalmente no que concerne à delimitação territorial e na conformação das escalas de poder. Segundo ele, não existe uma suficiente justificativa para que o adjetivo que simboliza o foco de combate à pobreza seja o "territorial". Isto faz com que haja uma expectativa não atendida entre desenvolvimento e território que impede que este termo conjunto assuma um *status*

conceitual.

Segundo ainda o autor, considerando a política de desenvolvimento territorial da SDT, há questões preocupantes como 1) continua existindo uma ação municipalista, em vista das demandas individuais e repartidas que os "territórios" apresentam; 2) é inevitável que ocorra em campo uma influência da escala de ação sobre a dinâmica das organizações locais, pois lideranças e aprendizagens dos conselhos municipais estão sendo descartadas, e ao mesmo tempo, novos mediadores são demandados, seja para representar as ONGs ou Associações de Municípios.

Considerações finais

Afirmamos que, em cenários globais que imprimem incertezas aos territórios periféricos, é necessário que se aprofunde a análise das diferenciações emergentes – os novos significados que adquirem os usos políticos do território e as novas formas e conteúdos territoriais. O território enquanto uma totalidade que contém uma estrutura complexa é composto

por múltiplos atores inseridos num processo longo de reforma do Estado. A redemocratização, as descentralizações que focam os estados e os municípios, a valorização do local e as diferenças dos diversos poderes estão no centro das atenções na análise dos múltiplos territórios e da construção das múltiplas territorialidades sociais.

O uso do território, talvez melhor *os usos dos territórios*, amalgamados em múltiplas escalas de poder e gestão nos evocam tanto a) as questões clássicas da geografia política no que tange às construções e reestruturações contemporâneas dos territórios antes basicamente nacionais quanto b) reacendem a retomada de uma democracia e suas íntimas relações com os micro e os meso territórios onde as populações vivenciam os seus cotidianos. Entender o território como produto dos atores sociais é não somente uma concepção mais generosa que insere a sociedade civil e suas práticas estratégicas na gestão pública mas também uma possibilidade de reconhecer processos novos que tendem a construir novas territorialidades.

As referências às teorias de desenvolvimento endógeno, territorial, local, regional parecem, num primeiro momento, mais uma importação de modelos exógenos chamados à luz da ocasião a iluminar as realidades territoriais periféricas de nossos

rincões distantes. Entretanto, talvez seu mérito seja, contraditoriamente, provocar uma reflexão sobre as nossas potencialidades locais/regionais. A ativação permanente de nossas sociabilidades democráticas, a construção de novas densidades organizacionais e institucionais de múltiplos corpos de reflexão, investigação e ação remetem-nos, inegavelmente à uma *nova aventura*: a de entendermos que as antigas terras do interior (as *hinterlands*) hoje podem não mais ser, necessariamente, territórios periféricos e distantes dos grandes centros de poder.

Não há como negar que o meio técnico científico informal possibilita as novas redes de solidariedade. Entretanto, difícil negar igualmente que as múltiplas organizações sofram pesada concorrência das velhas hegemonias regionais metamorfoseadas agora pelas novas formas do empresariado nacional *high tech* global. Pode-se talvez afirmar que há novas formas de controle de territórios e que eles estão submetidos às múltiplas determinações do capitalismo global e, ao mesmo tempo, das ativações das potencialidades e das riquezas dos recursos escassos, das identidades das populações nos vastos rincões do país e das ricas territorialidades que elas nos demonstram. Eis aí, talvez, alguns dos desafios às nossas análises contemporâneas.

Notas

² O Estado é a maior organização, mas não a única. Os atores coletivos realizam programas, manifestando, com precisão, a idéia de processo e de articulações sucessivas no seu interior. Todas as organizações, da família ao Estado, partidos, Igrejas e empresas são atores coletivos. O Estado é um ator sintagmático por excelência quando empreende ações que organizam o território. A empresa, por sua vez, é outro ator sintagmático que articula momentos diferentes da realização de seu programa pela integração de capacidades múltiplas e variadas.

³ O autor entende por novas configurações institucionais aquelas que não são nem instituições políticas *stricto sensu*, nem organizações da sociedade em geral, mas espaços organizativos compostos por organizações sociais, políticas e econômicas que orientam a construção de políticas públicas para territórios específicos.

⁴ A origem do nome Quarta Colônia deve-se ao fato de ter sido a Quarta colônia imperial de imigração italiana, a Quarta área onde foram distribuídas terras para italianos que imigraram, no final do

Bibliografia

- AFFONSO, Rui de Brito Álvares. A crise da federação no Brasil In: Ensaio FEE, Porto Alegre, v.15, n. 2, p. 321-337, 1994.
- BECKER, Bertha K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: Becker, Bertha K.; Costa, Rogério H. da.; Silveira, Carmen B.. (Orgs). Abordagens políticas da espacialidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. p. 1-8.
- _____. A crise do Estado e a região- a estratégia da descentralização em questão In: Becker, Bertha. (org). Ordenação do território: uma questão política? Exemplos da América Latina. Rio de Janeiro: UFRJ, 1984, p. 2-15.
- _____. A geografia e o resgate da geopolítica. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 50, t.2, p. 99-125, 1988. Número especial.
- _____. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. Espaço e Debates, São Paulo, n. 31, p. 47-56, 1991.
- _____. **A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável, In: Castro, Iná E. de et al. (Orgs). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 271-307.**
- BOISIER, S. et alii. Sociedad civil, actores sociales y desarrollo regional. Santiago de Chile: Ilpes/Cepal, 1995.
- BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade: Para uma teoria geral da política. 4. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 173 p.
- CANO, Wilson. Perspectivas para a questão regional no Brasil. Ensaio FEE. Estado, Políticas Públicas e Federalismo. Porto Alegre, (15) 2: 312-320, 1994.
- CICOLELLA, Paulo. Redefinición de fronteras, territorios y mercados en el marco del capitalismo de bloques In: Castello, Iara R. et al. (Orgs). Fronteiras na América Latina. Espaços em transformação. Porto Alegre: Ufrgs/FEE, 1997, p.55-67.
- COSTA, Wanderley M. da. O Estado e as políticas territoriais no Brasil. São Paulo: Contexto, 1988.
- COX, Kevin. *Redefining "territory". Political Geography Quarterly*, v. 10, n. 1, p. 5-7, jan. 1991.
- DOWBOR, Ladislau. Da globalização ao poder local. A nova hierarquia dos espaços. São Paulo em perspectiva, São Paulo, v. 9, n 3, p. 3-10 jul./set. 1995.
- FERRÃO, João. Educação, sociedade cognitiva e regiões inteligentes: uma articulação promissora. *Inforgeo*, 11, Dez. 1996, pp 97-104.
- FRÉMONT, Armand. A região, espaço vivido. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- GIDDENS, Anthony. Política, sociologia e teoria social. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.
- KIRAT, Thierry; Lung, Yannick. *Innovation and proximity. Territories as loci of collective learning processes. European Urban and Regional Studies*, London, v. 6, n.1, p. 27-38, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. Espaço y política. Barcelona: Ediciones Península, 1976. 159 p.
- _____. De L'Etat. L'État dans le monde moderne. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978. v.1. 390 p.

LEVY, Jacques. Entre a sociedade civil e sociedade política In: Santos, Milton et al. (Orgs.). *Território. Globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 221-232.

MATUS, Carlos. Planejamento estratégico: Chipanzé, Maquiavel e Ghandi. São Paulo: Fundap, 1996. 294 p.

MORAES, Antonio Carlos R. de. Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial. Nov 2003. 5 p. (Não publicado).

OLIVO, Vânia F. *O discurso como prática social no processo de desenvolvimento da Quarta Colônia-RS*. Porto Alegre: Ufrgs, 2004. (Não publicado).

PERONDI, Miguel A. *Oportunidades e problemas de "território" no desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Ufrgs, 2004. (Não publicado).

RAFFESTIN, Claude. Remarques sur les notions d'espace, de territoire et de territorialité. *Espaces et Sociétés*, Paris, Juin-Décembre, p.167-171, 1982.

_____. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

ROVER, Oscar J. *Novas configurações institucionais para o desenvolvimento territorial local/regional em contextos essencialmente rurais*. Porto Alegre: Ufrgs, 2004. (Não publicado).

RESTREPO, Dario. Aspectos espaciales de la reestructuración: descentralización y apertura. In: *Territorios en transformación. Análisis y propuestas*. Madrid: Fondo Europeo de

Desarrollo Regional/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas, 1994. p 325-346.

SACK, Robert D. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. O retorno do território In: Santos, Milton et al. (Orgs.). *Território: Globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 15-28.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI. *Territorios en transformación*. Análisis y propuestas. Madrid: Fondo Europeo de Desarrollo Regional/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas, 1994. p 325-346.

_____; Silveira, Maria Laura. O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI. 5ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record. 473 p.

_____. *Testamento intelectual*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

SILVA, Pedro Luis Barros; Costa, Vera Lucia Cabral. Descentralização e crise da Federação In: Affonso, Rui de Britto Álvares; Silva, Pedro Luis Barros (Orgs.). *A federação em perspectiva. Ensaios selecionados*. São Paulo: Fundap-Unesp, 1995. p. 261-283.

WILSON. Patricia A. Reconociendo la localidad en el desarrollo economico local. *Revista Interamericana de Planificacion*. SIAP, voc. XXVII, n. 110, abr-jun 1995.

VALENCIANO, Eugênio. La frontera: un nuevo rol frente a la integración - la experiencia en el Mercosur. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 1 n. 1, p.185-205, 1996.

RESTREPO, Dario. Aspectos espaciales de la reestructuración: descentralización y apertura. In: Territorios en transformación. Análisis y propuestas. Madrid: Fondo Europeo de Desarrollo Regional/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas, 1994. p 325-346.

RESTREPO, Dario. Aspectos espaciales de la reestructuración: descentralización y apertura. In: Territorios en transformación. Análisis y propuestas. Madrid: Fondo Europeo de Desarrollo Regional/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas, 1994. p 325-346.

SACK, Robert D. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. O retorno do território In: Santos, Milton et al. (Orgs.). *Território: Globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 15-28.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI. *Territorios en transformación*. Análisis y propuestas. Madrid: Fondo Europeo de Desarrollo Regional/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas, 1994. p 325-346.

_____; Silveira, Maria Laura. O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI. 5ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record. 473 p.

_____. Testamento intelectual. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

SILVA, Pedro Luis Barros; Costa, Vera Lucia Cabral. Descentralização e crise da Federação In: Affonso, Rui de Britto Álvares; Silva, Pedro Luis Barros (Orgs.). *A federação em perspectiva. Ensaios selecionados*. São Paulo: Fundap-Unesp, 1995. p. 261-283.

WILSON. Patricia A. Reconociendo la localidad en el desarrollo economico local. *Revista Interamericana de Planificacion*. SIAP, voc. XXVII, n. 110, abr-jun 1995.

VALENCIANO, Eugênio. La frontera: un nuevo rol frente a la integración - la experiencia en el Mercosur. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 1 n. 1, p.185-205, 1996.

VALLAUX, Camilo. *Geografia social*. El suelo y el Estado. Madrid: Daniel Jorro, Editor, 1914. 429 p.

Trabalho enviado em janeiro de 2005.

Trabalho aceito em fevereiro de 2005.

